

A representação/(des) construção da submissão feminina em “A tia”, de Helena Parente Cunha

The representation/(de)construction of feminine submission in Helena Parente Cunha’s “A tia” (“The aunt”)

MÍRIAM ZAFALON* E LÚCIA OSANA ZOLIN**

RESUMO: O ARTIGO REVELA O MODO COMO AS RELAÇÕES DE GÊNERO SÃO ESTABELECIDAS NO CONTO A TIA, DE HELENA PARENTE CUNHA, ENFATIZANDO OS PAPÉIS SOCIAIS REPRESENTADOS PELAS PERSONAGENS FEMININAS. VERIFICANDO COMO A CONSTRUÇÃO DESSAS PERSONAGENS DELINEIAM OS TRAÇOS COMPORTAMENTAIS DO SER FEMININO QUE DEMARCAM A SUPERIORIDADE MASCULINA E OS ARTIFÍCIOS PRODUZIDOS PELA SOCIEDADE ANDROCÊNTRICA QUE CALAM A VOZ FEMININA EM UMA TRADIÇÃO DE ANOS DE REPRESSÃO.

ABSTRACT: ARTICLE REVEALS HOW GENDER RELATIONS ARE ESTABLISHED IN THE SHORT STORY A TIA, BY HELENA PARENTE CUNHA, EMPHASIZING ISSUES RELATED TO SOCIAL ROLES REPRESENTED BY THE FEMALE CHARACTERS, VERIFYING HOW THE CONSTRUCTION OF FEMALE CHARACTER IN THE RELATED STORY, OUTLINES THE BEHAVIOURAL TRAITS OF WOMAN THAT DEMARCATHE THE MALE SUPERIORITY; AS WELL REVEALS THE ARTIFACTS PRODUCED BY ANDROCENTRIC SOCIETY THAT SILENT THE FEMALE VOICE IN YEARS OF REPRESSION TRADITION.

PALAVRAS-CHAVE: RELAÇÕES DE GÊNERO, SOCIEDADE PATRIARCAL, SUBMISSÃO FEMININA.
KEYWORDS: RELATIONSHIP OF GENDER, PATRIARCHAL SOCIETY, FEMALE SUBMISSION.

* Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá - UEM.

** Professora do Departamento de Letras da Universidade Estadual de Maringá – UEM; Pós-doutora em Letras.

No âmbito social, a utilização do conceito de gênero tem contribuído para uma melhor compreensão da opressão da mulher e do conjunto das relações sociais do qual ela emerge. Na medida em que expressa, de forma mais clara, a superação da fase de simples constatação da referida opressão e nos remete para a ideia de relações opressoras de sexo/gênero, o conceito de gênero evidencia que, além da exploração entre as classes sociais, existe uma divisão sexual, também desigual.

Do mesmo modo, no âmbito literário, a crítica literária feminista contribui para a “desconstrução” da história literária tradicional, priorizando um discurso histórico que deve ser observado como um sistema de relações entre os gêneros. Para Lemaire:

Repensar e reescrever a história literária numa perspectiva feminista, pressupõe, assim, em primeiro lugar, aprender a colocar novas questões que possibilitem a revisão de idéias estabelecidas, das interpretações acerca destas idéias e das teorias decorrentes destas interpretações. Isto implica uma alteração radical no paradigma das ciências humanas, cujo ponto de partida é a descoberta de que, mesmo nas ciências humanas, não há seres humanos, a não ser como homem ou como mulher. (Lemaire, 1994, p. 69-70)

Sabe-se que, através dos séculos, a dominação masculina, ao constituir a mulher como objeto simbólico, cujo ser se constitui para o outro, tem não apenas lhes decidido o destino, impondo-lhes regras – de forma clara ou dissimulada –, mas, também, lhes colocado em estado de permanente insegurança corporal, ou seja, de dependência simbólica, conforme bem pondera Bourdieu (1995). A “feminilidade” que delas se espera, entendida a partir de adjetivos como “sorridentes”, “simpáticas”, “atenciosas”, “submissas”, “discretas”, “contidas”, acaba por conduzir a mulher, de acordo com o sociólogo, à aquiescência das expectativas masculinas; conseqüentemente, a dependência em relação ao outro acaba por se tornar constitutiva de seu ser.

A obra de Helena Parente Cunha tem retratado, com criticidade, aspectos importantes relacionados à subordinação da mulher na sociedade, desvendando e, portanto, desconstruindo, segundo a crítica, o procedimento patriarcal de constituição do gênero, marcado pela supervalorização da masculinidade em detrimento da feminilidade.

Embora o livro *Os provisórios*, publicado em 1980, no qual se insere o conto *A tia*, nosso objeto de estudo, tenha sido, inicialmente, recebido com certo estranhamento por parte da crítica, que julgava seus contos inacabados, sabe-se hoje que se trata de um interessante volume que, por meio de uma linguagem literária marcada pela inovação, discute criticamente temas contemporâneos.

A autora desvela as angústias da opressão da mulher que cumpre os papéis sociais de mãe e de esposa no contexto do patriarcado, representando as personagens femininas em condições de subalternidade em relação ao pai, ao marido, à sociedade. Suas personagens espelham perfis de mulher que, em grande parte dos casos, se submetem às normas sociais, mas, muitas vezes, desejam transgredi-las. Sendo assim, encontramos, na prosa de Helena Parente Cunha, mulheres que deixam de comandar suas ações por causa da obediência às convenções; mulheres cheias de medos, outras vezes encorajadas para iniciarem mudanças radicais em suas vidas; mulheres conformadas com sua condição submissa, incoerentes com seus próprios pensamentos; mulheres em crise com sua própria identidade, anulando-se enquanto seres humanos femininos diante das imposições da sociedade androcêntrica.

A “mulher”, retratada na prosa de Helena Parente Cunha, sofre as pressões externas que influenciam seu comportamento diante de cada momento de sua vida. É uma mulher intimidada pelo patriarcalismo, mas que também pode ser desafiadora, buscando seu autoconhecimento, sua identidade, no reconhecimento de sua postura submissa.

No livro de contos *Os provisórios*, a autora dá voz a personagens oprimidas, através de narrativas rápidas, nas quais as angústias individuais e coletivas são apresentadas, e onde se demonstram as condições de existir e de ser. Sobretudo, a autora faz literatura ao nível da realização estética e da experiência humana.

O conto *A tia* nos mostra a história de Jandira, uma mulher que durante anos mantém um noivado com Eusébio, um viúvo que a conhece quando ela já não era mais tão jovem: “Quando Jandira conheceu Eusébio, não estava mais no auge da mocidade, já passava dos trinta.” (Cunha, 1980, p. 66). Ficam noivos por vinte anos e, depois disso, ele morre. Neste brevíssimo resumo já se pode perceber que o texto trata de um protótipo de mulher muito comum na sociedade patriarcal: a mulher sem voz, que se contenta com o pouco que o mundo lhe oferece (ou apenas finge contentar-se), que prefere poder dizer que tem um homem em sua vida – ainda que essa relação não lhe confira

plenitude – a enfrentar a sociedade como a “solteirona”, aquela (mulher) que ninguém quis e que ficou para “tia”. Numa visão lacanianiana, consoma-se, em Jandira, a figura da mulher que não tem uma existência concreta, visto que não construiu sua identidade enquanto ser feminino; o casamento e a maternidade seriam as condições necessárias para que ela alcançasse tal representação simbólica (Serge, 1998).

Há uma predominância da presença feminina no texto, pois, excetuando-se a personagem do noivo Eusébio, todas as demais que fazem parte do conto, ainda que não sejam nomeadas, são mulheres (Jandira, a narradora, dona Joana, irmãs, sobrinhas e a filha de Eusébio que apenas é citada). Tal característica torna-se importante para o entendimento da narrativa, pois estabelece um ponto de vista quase que exclusivamente feminino, um recorte da realidade baseado na apreensão feminina dos fatos.

A narração é feita em primeira pessoa, predominantemente, pela sobrinha de Jandira, que, em diversos momentos se distancia do texto, dando voz, sem aviso prévio, a outras personagens, também imbuídas da missão de relatar a história da “tia” e/ou de emitir opiniões acerca dela. Sendo assim, Jandira é revelada em seu comportamento e vicissitudes pela voz dos que a descrevem, a ela e à situação que a envolve; não se oportuniza a ela que se caracterize a si mesma, o que representa uma forma de submissão da personagem a tudo que lhe é imposto; só temos suas próprias palavras quando a narradora lhe intercepta trechos de “conversas” com o noivo Eusébio:

Eusébio, o que você quer que eu lhe dê de aniversário? Eusébio, hoje está fazendo muito calor. É chuva que vem aí, você não acha? Qual é a temperatura de hoje, Eusébio? Eusébio, você vem almoçar aqui domingo, não vem? Depois do almoço nós não vamos ao cinema não, está bem, Eusébio? Porque é aniversário de Luizinho e nós vamos lá, não vamos? (Cunha, 1980, p.68)

Revela-se aí uma essencialidade fática de comunicação que também concorre para a construção de uma personagem apenas “adaptada” a um noivado e às circunstâncias que essa relação implica. Não se vê paixão, não se vê um sentimento mais forte em suas palavras, pois, até quando tem voz, a personagem não se destaca, não apresenta sua essência. Ela se comporta como uma marionete que executa exatamente todos os movimentos do seu ventríloquo,

abdicando do seu papel de agente, renunciando a uma vida própria, que poderia ser construída segundo os seus ideais íntimos. Isso se deve, sobretudo, ao fato de ter chegado aos trinta anos ainda solteira, para o desgosto da mãe, apesar da beleza e de ter tido vários pretendentes:

Morena bonita com aqueles olhos verdes que Deus lhe deu, como não havia casado? Pretendentes teve muitos. O namoro não vingava. Era o destino. Desgosto de dona Joana. Logo a caçula, a mais bonita das minhas filhas, todo mundo se admira, eu não hei de morrer sem ver Jandira casada e bem casada, não precisa ser um moço rico, basta ser direito e de família. (Cunha, 1980, p. 66)

Nesse fragmento, avulta o fato de a mãe, protótipo da mãe de família da sociedade patriarcal, enxergar, no casamento, o único rumo possível na trajetória da filha. O casamento se configura como um *status social* que consiste na meta primordial para que qualquer moça “bem nascida” e “bem criada” consiga se inserir na sociedade. O celibato, ainda que involuntário, como ocorre com a protagonista do texto em questão, implica exclusão, motivo de piada, vergonha e, sobretudo, infelicidade.

Trata-se de uma tradição cultural que confere à “feminilidade frágil” o destino irremediável da busca da legitimação da própria existência na figura do sujeito hegemônico masculino, ou seja, na figura de *O Outro* lacaniano.

No contexto do pensamento feminista, em que se insere a obra de Helena Parente Cunha, chama atenção, na relação estabelecida historicamente entre os gêneros, o fato de o celibato feminino causar estranhamento, compaixão e, até mesmo, indignação, enquanto o masculino não representa constrangimento algum, já que o homem é o sujeito dominador e, supostamente, pode reverter esta situação no momento em que melhor lhe convier. O homem não é dependente da instituição do casamento, ele a mantém; enquanto a mulher precisa fazer parte dela, portanto, é *mister* que seja escolhida. Ao ser exposto, como ocorre na narrativa em questão, esse estado de coisas torna-se frágil; o discurso do poder patriarcal responsável por sua edificação não mais se sustenta: o texto ao mesmo tempo em que o representa, o desconstrói.

A relação entre Jandira e Eusébio é marcada por contradições que colaboram para com a insatisfação da própria noiva, da mãe, das irmãs, das sobrinhas, enfim, de todos que observam e convivem com o casal. Jandira

parece, por um lado, uma mulher que deseja constituir família, representando os papéis sociais designados para as mulheres da sociedade patriarcal: o de esposa, mãe, dona de casa, atendendo às imposições sociais que a definiriam como uma “igual” às outras mulheres bem situadas de seu tempo. Por outro lado, percebe-se, no comportamento da personagem, um desencantamento com o noivo que acaba por identificá-lo mais como salvação de uma situação extremamente disfórica, do que com o homem amado; casar-se com ele certamente implicaria atender aos anseios das pessoas que a cercam, da sociedade que a pressiona, e, talvez, seus próprios anseios femininos inculcados pela ideologia patriarcal:

Ruim com ele, pior sem ele, isso ela repetia sempre, para se convencer, claro que não era para me convencer, pois eu sabia que os dois estavam irremediavelmente ligados por carências diversas, impossíveis de preenchimento, a não ser que houvesse uma ligação verdadeira. Mas afinal, o que seria, naquele caso, uma ligação verdadeira? A união dos sexos? Ela tinha aquele noivo que não era o homem dela. Ela carregava nas costas o peso da ancestral lição, era moça direita, graças a Deus, não se preocupava com tolices, coisas feias e sujas. (Cunha, 1980, p. 65)

O papel de dominador do homem, na sociedade patriarcal, vem ao encontro de mulheres que foram “doutrinadas” para a vida doméstica, para serem esposas e para servirem ao marido depois de casadas. A “naturalização” dessa forma de vida vem sendo repassada desde o início dos tempos e, por isso, chega a dar segurança às mulheres saberem que têm um namorado, um noivo, um marido que as ampare e proteja, que não as deixe peregrinar sem norte pela vida, sozinhas. O homem é visto como provedor e é o destino ao qual elas (as mulheres) devem chegar e serem recebidas para executarem suas funções. Campos critica essa construção social, naturalizada pela cultura. Segundo a autora, a “naturalização” dos papéis sociais dos homens e mulheres, por falta de questionamento, firmou-se no patriarcado, como algo inquestionável:

Constituirá, efetivamente, dado bastante original, a reflexão contemporânea sobre a condição feminina a que o tipo de organização social hegemônico no Ocidente vem assistindo, pois nenhuma outra, antes, abrigou em si questionamento de igual ordem

acerca dos papéis atribuídos aos sexos, vale dizer, produziu tal desnaturalização e desideologização dos mesmos. Tendo o sexo permanecido, nas demais sociedades, como que não questionado, isto é, tido por incorporado ao plano da natureza e sendo o domínio desta identificado ao universal, donde ao comum a toda espécie, a “naturalização” de papéis sociais atribuídos aos sexos consolidou-se hierarquicamente, como se fossem da ordem do senso comum, quando, em verdade, neles se abrigam a dominação, a opressão, a exclusão. (Campos, 1992, p.113)

O texto de Helena Parente Cunha contribui, a seu modo, com essa reflexão. A trajetória de Jandira, intimamente, preza aos papéis de gênero sancionados pela ideologia patriarcal, ilumina, por meio de um discurso irônico por excelência, o absurdo que rege as normas sociais que transformam a diferença biológica entre homens e mulheres em diferença hierarquizada. Ao tomar como ideal o *script* básico reservado a seu sexo, qual seja, namorar, noivar, casar, ter filhos, alimentá-los, educá-los e amá-los – a eles e ao marido –, a moça reservada, respeitadora dos padrões estabelecidos de “pureza” feminina, vê sua existência anulada, já que por razões alheias à sua vontade não consegue realizá-lo:

Se eles tivessem chegado um dia a se deitar juntos, se ao menos tivessem tido um contato mais íntimo, uma pele a pele mesmo que fosse esporádico, ela não se veria asfxiada debaixo da virgindade, voluntariamente assumida, sim, mas como escolha inevitável a uma filha de família, família de respeito, onde as mulheres se casavam de véu e grinalda, de verdade, sem ser para tapar nenhum buraco, [...] (Cunha, 1980, p. 65 – 66)

Não tendo se casado, mantém-se virgem como manda a tradição, no entanto, a virgindade descontextualizada, face à passagem do tempo, acaba por consistir em um peso ainda maior. Como bem afirma Bourdieu (2005), o homem, através do ato sexual, domina a mulher, apropria-se dela, daí precisar conservar-se virgem até o casamento, para provar que será da posse de apenas um homem. Por outro lado, manter-se “pura” também implica, em tese, uma maneira de a mulher preservar o interesse do namorado ou noivo. No caso de Jandira, ao não se deixar macular por meio do ato sexual antes do casamento, ela não garante a felicidade prometida pela ideologia patriarcal; a “pureza” por si só não basta, é preciso que ela seja “coroadada” com o

sacramento do matrimônio. Noutras palavras, há que existir a “dominação” masculina oficial. Eis a razão da disjunção de Jandira em relação ao que entendia ser a felicidade.

A caracterização do modo de vida de dona Joana, a forma como ela e Jandira viviam, como cuidavam da casa, das plantas, dá a correta dimensão de uma família totalmente arraigada aos padrões e convenções tradicionais da sociedade patriarcal. Trabalhar fora, por exemplo, poderia significar dividir a servidão que seria do marido, por direito, com o patrão: “Se Jandira ganhasse algum dinheiro trabalhando fora, poderiam até cultivar um certo luxo nas roupas, mas isso não, o pai dela não criou filha para servir a patrão” (Cunha, 1980, p. 66).

Observa-se, aí, como o trabalho da mulher, fora da redoma do ambiente familiar, é visto com preconceito. Uma vez que o homem é o provedor, o mantenedor da casa, a mulher fica isenta de ir além da fronteira doméstica. O trabalho doméstico é visto como algo intrinsecamente ligado à mulher na sociedade patriarcal, sendo difícil conceber um sem o outro. Para Bourdieu (2005), a divisão do trabalho é estritamente atribuída a homens e mulheres, sendo que ao sexo feminino sempre competem as atividades domésticas e aquelas tarefas que sejam consideradas “menores”, repetitivas, fáceis; a casa, sobretudo, é o reduto feminino e lá as mulheres permanecem obscuras e ignoradas. Do mesmo modo, cabe ao homem à realização de ações espetaculares, que marcam rupturas com o curso ordinário da vida, como matar animais e guerrear, sem falar no homicídio.

Nesse sentido, se à mulher as prendas domésticas e a passividade são valores imprescindíveis, do homem, cobram-se proporcionalmente a virilidade e a violência. Embora de forma mais sutil, também Eusébio sofre pressões sociais por, talvez, não ser mais capaz de “dominar” sexualmente uma mulher, requisito fundamental para um homem que pensa em se casar: “E se ele fosse mesmo brocha como diziam?” (Cunha, 1980, p. 65), “Eusébio era viúvo e aposentado, aliás, aposentadíssimo, não só do fórum e dos autos judiciais como também, segundo informavam, da prática dos culhões. As más línguas.” (Cunha, 1980, p.67). Sobre esse tipo de pressão, expressa nesses fragmentos, sofrida pelo homem no contexto da sociedade patriarcal, pondera Bourdieu:

A virilidade, [...], mantém-se indissociável, pelo menos tacitamente, da virilidade física, através, sobretudo, das provas de potência sexual – defloração da noi-

va, progeneritura masculina abundante etc. – que são esperadas de um homem que seja realmente um homem. (Bourdieu, 2005, p. 20)

No dizer de Bourdieu (2005), trata-se da necessidade, da obrigatoriedade de demonstrar, através da potência, a dominação, a conquista e até a agressividade.

O “noivado” entre Jandira e Eusébio é uma relação morna, sem paixão, apenas convencional. O noivo parece fugir da responsabilidade do casamento, apesar de manter o relacionamento por vinte longos anos. Quando se lê na narrativa “Ela querendo casar, ele não querendo querer casar” (Cunha, 1980, p. 67), percebe-se um casal com objetivos diferentes: ela quer casar, quer manter o bom nome da família, deve explicações à família, à sociedade e a si mesma; ele não deseja (e não precisa) de um casamento àquela altura da vida, já tem uma filha, talvez precise apenas de uma companhia para não se sentir sozinho. Para a reputação de Jandira e de sua família, causa má impressão prolongar um noivado por tanto tempo, afinal de contas “[...] isso não fica bem, daqui a pouco vão dizer que ela é amante dele. Daqui a pouco não. Há muito tempo que pensam.” (Cunha, 1980, p. 67).

Por vários motivos, dos mais importantes aos mais banais, Jandira é empurrada ao casamento, e Eusébio é pressionado a casar-se. Dona Joana não quer que a filha fique solteira, “Não quero ir para a sepultura deixando a minha caçula solteirona.” (Cunha, 1980, p. 67). A mãe vê no casamento uma estrutura social que acolhe a mulher, lhe provendo todas as necessidades; além disso, o enxoval está pronto e a palavra do noivo foi empenhada. Não há, em nenhum momento, a preocupação de saber se é isso que Jandira quer e precisa, se ela será feliz com o casamento. A moça é vista como uma coitada, que se não casar não terá a “sorte” que as irmãs tiveram: “Coitada de Jandira, deixe ela em paz. Ela nunca teve sorte com namoro nem com noivado. Você veja, nós nos casamos, temos nossos filhos, nossa casa, nosso marido, ou bem ou mal vamos vivendo, só ela ficou no barricão, coitada.” (Cunha, 1980, p. 67)

Essa desvalorização da mulher que não casou, explicitada na fala da irmã de Jandira, significando preterição, desprezo em relação àquelas que foram “escolhidas” para a vida conjugal, longe de expressar opiniões isoladas, expressam, na verdade, os valores semeados por ideologias poderosas como a patriarcal. Não se casar é como viver à margem, sem ter um homem para lhe dar um nome, sem ter como encarar a vida e o mundo de frente.

O texto de Helena Parente Cunha, narrado em primeira pessoa por uma narradora que, em uma interessante opção narrativa, cede espaço a uma multiplicidade de vozes “autorizadas” a emitir opiniões acerca do eterno noivado de Jandira e Eusébio, explicita, com riqueza surpreendente de detalhes, os conceitos que regem o papel da mulher na sociedade patriarcal. Esse emaranhado de vozes – da mãe, das irmãs, das sobrinhas –, ao mesmo tempo em que sintetiza os já referidos valores femininos ditados pela ideologia patriarcal, como a castidade seguida, necessariamente – e a seu tempo – do casamento, da defloração e da procriação, apontam amargamente para a situação sem saída da mulher que aí não consegue se enquadrar. Ainda que do noivo se cobrem força e virilidade, ela é quem está na berlinda à mercê dos desígnios dele.

Você não conhece aqueles dois velinhos sentados de mãos dadas no sofá? É minha tia Jandira e o noivo dela. Noivo, sim, há mais de vinte anos, pode crer. Mais virgem do que quando nasceu. Donzelismo físico e psíquico. Encruou. Nem agora nem em tempo nenhum o caso dela podia se resolver. Nem com uma broca. Quanto mais com um brocha de nascença como aquele ali. (Cunha, 1980, p. 69)

Nesse fragmento, o ponto de vista da sobrinha parece não concordar com a submissão da tia aos padrões estabelecidos, bem como com o estado de letargia dos noivos, imersos em uma relação “insossa” que se arrasta por mais de vinte anos. No entanto, subjacentemente à postura da mulher liberada e moderna, que não consegue conceber uma relação a dois como a que a tia vive ao lado do noivo, ainda assim, é possível se vislumbrar aí marcas de cobrança dos ancestrais papéis de gênero atribuídos a cada um dos sexos: do homem cobra-se virilidade; da mulher, o matrimônio, seguido da maternidade.

A própria protagonista tem, também, sua trajetória marcada pela contradição: se, por um lado, cultiva o relacionamento com Eusébio como noiva dele que é à espera do dia do casamento; por outro lado, sabe-se descrente em relação à concretização desse projeto: “Jandira não tinha mais esperanças. Algum dia tivera? Os anos passando, Jandira começava a dar para as sobrinhas que iam se casar as peças do seu enxoval, o enxoval do seu casamento com Eusébio.” (Cunha, 1980, p. 68)

A pressão social, a conveniência, a tradição do patriarcado, a submissão feminina às regras da sociedade androcêntrica, consistem nos motivos que fi-

zeram com que Jandira mantivesse um noivado que ela mesma pressentia que não terminaria em casamento. Ela se acomoda àquela situação, como se não tivesse para onde fugir (ou não quisesse fugir), como se não houvesse outra perspectiva para sua vida além do matrimônio, idealizado para si, para seu sexo, para sua geração, desde os primórdios da civilização ocidental, como única possibilidade de realização feminina.

A personagem é construída propositalmente imersa nessa letargia, numa espécie de convite da escritora para uma discussão acerca da insustentabilidade, no contexto da década de 1980, do *status quo* feminino erigido pelo patriarcalismo desde os mais remotos tempos. A ideologia que subjaz à sua construção não lhe permite nem romper com o noivado desacreditado, nem tocar sua vida a contento depois da morte do noivo. É como se sua existência não se justificasse sem, pelo menos, a promessa de casamento que a simples presença dele representava.

Quanto a Eusébio, mesmo nunca chegando a cumprir a palavra empenhada, e mesmo sendo rotulado de “brocha”, domina toda a família, especialmente Jandira. Face à força e ao poder que sua presença masculina dominante exerce, todos, por mais insatisfeitos que estejam, permanecem inertes, esperando que o noivo “salvador” poupe Jandira do trágico destino de não concretizar sua “natureza” de mulher, predisposta a se tornar esposa e mãe, permanecendo no “limbo” como “tia”.

É como se todos se submetessem, junto com Jandira, à dominação daquele homem, que, mesmo velada, impede que a família trilhe outros rumos. E se, como insinuam alguns, ele, de fato, tenha problemas relacionados à sua sexualidade, ou qualquer outro de outra ordem, mantiver Jandira presa a seu lado, pode consistir em uma forma de manter sua característica “natural” de macho dominador, homem de verdade, camuflando suas próprias vulnerabilidades, e cumprindo o papel que a sociedade patriarcal impõe a seu sexo. Para Bourdieu (2005, p. 64) os papéis masculinos, embora sejam mais valorizados que os femininos, também acarretam certo desconforto aos que os representam, na medida em que o homem, ao representá-los, se obriga a provar o tempo todo sua masculinidade. Trata-se de uma espécie de cilada que o conduz permanentemente à tensão e à contenção impostas pelo dever de afirmar constantemente sua virilidade.

Há que se considerar, todavia, que se o sistema social cobra do sexo masculino a virilidade, oferece a ele todas as condições para exercitá-la, ainda que por meio de práticas aparentemente inofensivas. Trata-se do que Bourdieu (2005, p. 47) chama de “dominação simbólica” e de “violência simbólica”. O teórico vale-se de tais conceitos para se referir a uma espécie de força simbólica de poder androcêntrico estruturada de tal forma que, mesmo nesses tempos modernos em que o pensamento feminista ecoa no mundo ocidental, é capaz de resistir a ele e às suas estratégias de desnaturalização do construído para se propagar no tempo. Para Bourdieu (2005), o efeito da dominação/violência simbólica se exerce não por meio da lógica das consciências cog-nocentes, mas por meio de esquemas de percepção, de avaliação e de ação constituídos a partir do que ele chama de *habitus*.

O comportamento dominante de Eusébio, que mantém Jandira inerte a seu lado, presa a uma promessa de casamento, é resultante de um poder, herdado da tradição do gênero a que ele pertence, e aparece, no texto de Helena Parente Cunha, diluído em ações milenarmente aceitas como naturais, já que é ao homem que cabe decidir quando, como e com quem se casar. Como bem afirma Bourdieu, a dominação/violência simbólica masculina vem sobrevivendo em práticas comportamentais corriqueiras, apesar de suas condições sociais de produção já terem desaparecido há algum tempo. No caso da protagonista, embora ela esteja inserida em um contexto histórico-social mais favorável à mulher, como apontam as trajetórias de suas sobrinhas, ela parece não se adaptar a ele, tão arraigados estão em sua psique os valores tradicionais.

O desfecho da narrativa se dá no momento em que o noivado, enfim, é rompido, por causa da morte de Eusébio. Desta forma, Jandira fica liberada das amarras que a prendiam a esse relacionamento sem futuro, porém ela não administra bem essa suposta “liberdade”, pois fora educada para o casamento e, bem ou mal, ela tinha um noivo; quando se vê sem esse compromisso, torna-se abatida, triste, sem rumo, sem propósitos para a vida, toda ela dedicada à esperança de se casar. As últimas linhas do texto retratam esse estado da protagonista: “Tia Jandira, você quer vir passar uns dias comigo em Itapoã ? Tia Jandira, você precisa comer. Tia Jandira, tome seu remédio. Tia Jandira, eu vou chamar o médico para ver você. Tia Jandira, o que é que você tem?” (Cunha, 1980, p.69)

O hábito cultivado durante os anos de convivência com o noivo deve ser substituído por uma nova vida, agora livre. Mas que vida? Jandira já sentia que não se casaria com Eusébio, mesmo assim, estava “acostumada” a tê-lo como noivo, pois, para ela, talvez isso fosse melhor do que não ter nada. Quando perde até isso, percebe-se que não sabe mais o que fazer e nem quem ser. Pensando no princípio de invisibilidade, do qual muitos seres humanos são vítimas, Jandira vê sua ascensão para um patamar de alguma visibilidade ser destruída com a morte do noivo. Com ele, ela era noiva e talvez, por isso, um pouco mais notada.

A partir da análise do conto *A tia*, pode-se identificar os princípios e modelos da sociedade patriarcal que estabelecem a ordem social, a hierarquização onde impera a dominação androcêntrica e a submissão feminina. As mulheres do patriarcado precisam da presença dos homens como seus representantes, já que renunciam às suas próprias capacidades de comando. Na complexa relação entre os gêneros, a dominação masculina alimenta as funções ditas “femininas” na sociedade: casamento e dedicação às atividades domésticas. Assim é que a personagem Jandira ratifica seu enquadramento na ordem patriarcal e também confirma a ideia de que apenas será vencedora e feliz a mulher casada e submissa; deixando-se dominar o tempo todo, sem perspectivas de emancipação, reafirma as marcas e estereótipos aos quais as mulheres têm estado aprisionadas por séculos. Ao reafirmá-los, faz emergir a postura crítica da escritora que, por meio do contra-discurso que avulta nas entrelinhas, convida o/a leitor/a ao debate acerca da insustentabilidade desse estado de coisas, salientado seu caráter de construto social, edificado por ideologias masculinas interessadas no emparedamento e no silenciamento da mulher.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. *Gênero*. In: JOBIM, José Luís. *Palavras de crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 111 – 125.
- CUNHA, Helena Parente. *A tia*. In: Os provisórios. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1980, p. 65 – 69.

LEMAIRE, Ria. *Repensando a história literária*. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Tendências e impasses: o feminismo na crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 59 – 71.

SERGE, André. *O que quer uma mulher?* Rio de Janeiro: Zahar, 1998.